

REFLEXÕES SOBRE OS CAMINHOS DA HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO E O CONCEITO DE CLASSE TRABALHADORA

Lilian de Souza Lima Matias¹

Resumo: Este artigo visa uma reflexão sobre os caminhos e crises na historiografia social do trabalho e sua relação com a dinâmica da luta de classes. Para tal, faz um paralelo do desenvolvimento deste campo de estudo no Brasil e no mundo, dando especial atenção à proposta de História Global do Trabalho, principalmente quanto à tentativa de reformulação do conceito de classe trabalhadora.

Palavras-chave: história social do trabalho; história global do trabalho; classe trabalhadora.

REFLECTIONS ON THE WAYS OF SOCIAL HISTORY OF LABOUR AND THE CONCEPT OF WORKING CLASS

Abstract: This paper aims to reflect on the ways and crises in the social history of labour and its relation to the dynamics of class struggle. Therefore, it compares the development of this field of study in Brazil and in the world, with particular attention to the proposal of Global Labour History, especially in its attempt to reformulate the working class concept.

Keywords: social history of labour; global labour history; working class.

Este artigo faz parte de um exercício de reflexão que tenta estabelecer um paralelo sobre a historiografia do trabalho no Brasil e no mundo, dando especial atenção para a vertente da “História Global do Trabalho” e suas tentativas de reformulação do conceito de classe trabalhadora.

Os balanços da história do trabalho nos países desenvolvidos partem de uma divisão entre a “nova” e “velha” história social do trabalho, presente em estudos produzidos nos Estados Unidos ao longo da década de 1970. A “velha” história do trabalho é caracterizada como institucional e voltada para a descrição de debates políticos e greves, e guarda nomes expressivos como:

¹ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Sidney e Beatrice Webb, a Escola Wisconsin de John Commons e marxistas como Philip S. Foner. A produção de John Commons, por exemplo, teve uma influência dominante na historiografia dos EUA. A escola de Wisconsin partia da compreensão de que a história do trabalho era política e econômica, podendo englobar tanto uma história comparativa do trabalho, quanto uma teoria econômica e social. Segundo Krueger, mesmo os trabalhos críticos a essa produção, como o de Foner, tiveram dificuldades para romper com as ideias da escola de Wisconsin. A história do trabalho estadunidense se nutriu tanto do movimento operário organizado do final do século XIX, com estudos voltados para entender o estabelecimento das relações industriais, quanto dos movimentos sociais dos anos 1960 e a aposta na capacidade de mudança pela via democrática e a agência dos de baixo.²

Na década de 1960, a “antiga” história do trabalho de foco institucional abriu caminho para uma história *social* do trabalho. Essa nova corrente tinha como principal expoente historiadores ingleses como Edward Thompson e Eric Hobsbawm, e sua maior contribuição foi a tentativa de contextualizar a luta dos trabalhadores, fazer da história do trabalho uma história da classe trabalhadora. Segundo Marcel van der Linden, a nova história do trabalho teria sido responsável por uma renovação da disciplina, negando a ideia de que a história do trabalho fosse um campo altamente especializado e trazendo a pesquisa para o todo social, inaugurando novos temas de estudos relacionados à história da mulher, cultura e mentalidades, história urbana e abordagens de sociologia e antropologia.³

No entanto, ao analisar a história do trabalho na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, muitos pensadores identificam uma crise profunda no campo a partir dos anos 1980, cujo início está relacionado à crise do capitalismo nos

² KRUEGER, T. *American Labour History, Old and New: A Review Essay*. Última visualização 10 de jan de 2014, disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3786704?sid=21105070150881&uid=2&uid=3737664&uid=4>>

³ VAN DER LINDEN, Marcel. “História do trabalho: o velho, o novo e o global”. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n.1, janeiro-junho, 2009, p.3.

anos 1970 e ao questionamento do modo fordista de produção. Neste período, o capital muda a organização do trabalho e sua internacionalização, em um processo conhecido por reestruturação produtiva.

De acordo com Antunes, as repercussões de tais mudanças alteraram não só as condições materiais dos trabalhadores, mas sua subjetividade. O trabalho passou a ser regido pela flexibilização da produção e padrões de gestão, como a do tipo “participativa”, para cooptar trabalhadores. Houve na Europa uma tendência à diminuição da classe operária tradicional, acompanhada de uma expansão do setor de serviços e incorporação do trabalho feminino, assim como de formas precarizadas de trabalho (como parcial, temporário, subcontratado) – a classe trabalhadora se complexificou, tornando-se heterogênea e fragmentada. O sindicalismo em geral adotou a lógica da negociação e participação com o capital, distanciando-se de movimentos autônomos da classe. Houve um declínio considerável na taxa de sindicalização, e é perceptível que um desafio do movimento sindical foi conseguir lidar com o fosso que dividiu um setor estável de trabalhadores e outro precarizado.⁴

É a partir deste contexto que, ao longo da década de 1980, surgiram análises proclamando o fim do trabalho, vinculadas em geral a uma abordagem pós-moderna, que tenta refutar a compreensão da sociedade a partir de categorias como classe social ou, ainda, afirmando que a teoria do valor perdeu o sentido. Tais estudos cumprem um papel político de tentar desacreditar projetos de emancipação social e a possibilidade de mudança em si. E sua validade foi limitada pela realidade: na década seguinte tornaram-se crescentes as manifestações contra medidas de austeridade,

⁴ ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003, p.149-152.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

levando muitos pesquisadores e cientistas sociais a diagnosticar um novo ativismo operário.⁵

No Brasil, a história do trabalho não seguiria o mesmo desenvolvimento que a produzida nos países desenvolvidos, mas é possível estabelecer paralelos. Os primeiros estudos sobre o movimento operário datam da década de 1950 e são voltados para a análise da Primeira República, de forma a pensar os movimentos, suas formas organizativas e as organizações que neles intervinham. Assim como na Europa e Estados Unidos, trata-se de uma historiografia produzida por militantes ou ativistas próximos do movimento sindical. Segundo Batalha, a historiografia seria marcada por duas fases: uma fase denominada por esses militantes como a da “classe inconsciente” e outra posterior à fundação do PCB em 1922. O referido autor também destaca o caráter memorialista desta produção e problematiza que por ter sido feita por militantes de diferentes organizações, reflete as disputas das mesmas no movimento sindical.⁶

Na década de 1960 foram elaborados os primeiros trabalhos sobre o tema na academia, em especial no campo da sociologia, empregando noções sobre uma origem estrangeira da classe operária e sua vinculação com o anarquismo ou, ainda, o estabelecimento da Revolução de 1930 como um marco histórico. Os anos 1960 foi uma década de crise orgânica na sociedade brasileira, com um movimento ascendente em força por parte dos trabalhadores desde a década de 1950, o que poderia ter contribuído para despertar o interesse da academia a respeito.⁷ Outro debate forte na época, presente em muitas dessas abordagens, diz respeito ao desenvolvimentismo e à preocupação sobre como fazer com que o país crescesse economicamente

⁵ SILVER, B. *Forças de trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.20.

⁶ BATALHA, C. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências.” In: FREITAS, M.C. (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, pp.145-158, p.146-8.

⁷ MATTOS, M. B. “Labour History in a comparative perspective: labour historiographies in India and Brazil and enlarged visions about the working class”. In: BRATTACHARYA, S. (ed.) *Towards a New History of Word*. Nova Déli: Tulika Books, 2014, pp. 256- 282, p.258.

e, nesse projeto, qual o papel que poderia ser ocupado pelos trabalhadores. Esses estudos contêm, predominantemente, uma visão do trabalhador branco, homem, de origem europeia, que teria vivenciado um processo linear de transição de um operário sem consciência de classe, para um que desenvolveu consciência através do contato político com partidos e organizações. Essa visão idealizada não era compatível com o movimento sindical que estavam analisando. A grande questão, para esses pesquisadores, girava em torno do motivo pelo qual a classe trabalhadora brasileira teria sido insuficiente. Foram elaboradas diversas explicações para essa “falha”, recorrendo desde a caracterização do regime como populista até a busca pela origem da classe trabalhadora na área rural.

Na década de 1970, com a intensificação da luta contra o regime militar, a classe trabalhadora se consolidou enquanto um assunto acadêmico. O olhar dos pesquisadores voltou-se para as primeiras décadas do século XX, desta vez para identificar a consciência de classe de um período no qual os sindicatos ainda não eram regulamentados e controlados pelo Estado. Outra tese desse período teve a ver com a associação dessas lutas à origem europeia dos trabalhadores, principalmente de São Paulo. Também dessa época, Batalha destacou que a produção dos “brasilianistas” introduziu um uso mais rigoroso das fontes, em especial da imprensa operária. Trata-se de uma década profícua, na qual as primeiras dissertações de mestrado no campo foram produzidas.⁸ E também foram tomadas iniciativas importantes para a preservação da memória dos trabalhadores, como a organização de centros de documentação vinculados a universidades, cujo acervo se deve em parte à doação de material de pesquisas desses estudiosos do tema.

O campo ampliou-se ainda mais ao longo da década de 1980, principalmente devido ao contexto da época de transição da ditadura militar e crescente mobilização dos trabalhadores, que culminaria com a criação da

⁸BATALHA, C. Op. cit. p.150.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Central Única dos Trabalhadores em 1983. Ao mesmo tempo, Batalha identificou uma fragmentação na área, com um descaso pela teoria e estudos mais empíricos; o recorte também seria cada vez menor e restrito a bairros, cidades e empresas. O momento de “crise” da história do trabalho teria como motivos: uma crise de identidade do campo, assim como a perda de interesse acadêmico no assunto, relacionada com o impacto da conjuntura de descenso das lutas no final da década de 1980 e a crise internacional da esquerda, com o fim do socialismo real. Análises posteriores, inclusive do próprio Batalha, passaram a questionar as dimensões dessa crise e a apontar o aumento da produção no campo ao longo da década seguinte.⁹

A aposta na consolidação institucional e afirmação da história do trabalho enquanto campo foi marcada por iniciativas como a criação do GT Mundos do Trabalho da ANPUH em 1999, no Rio Grande do Sul e, nacionalmente, em 2000-2001. A retomada dos estudos sobre o trabalho veio com questionamentos sobre quem a história do trabalho engloba, a fim de identificar atores sociais além do operariado fabril, com estudos que buscavam uma nova compreensão sobre o período da escravidão, no qual os escravizados passaram a ser analisados como “trabalhadores” e foram feitas tentativas de compreender a relação entre estes e os trabalhadores livres. Trata-se de um passo importante, mas que ainda tem muito a desenvolver, ainda mais no que tange ao limiar entre diferentes regimes de trabalho ou períodos de transição entre modos de produção. Também é importante notar como uma mudança positiva a partir do final da década de 1990, a ampliação do recorte, tanto cronológico – com estudos de história recente ou de períodos anteriores a 1880 – quanto espacial, para além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo.¹⁰

Com base em Mattos, acredito ser importante pontuar que, ao mesmo tempo em que o campo da história social do trabalho está se

⁹ BATALHA, C. “Os desafios atuais da história do trabalho”. *Anos 90*, Porto Alegre, v.13, n.23/24, p.87-104, jan-dez.2006, p.88.

¹⁰ BATALHA, C. Op. cit. p.90.

institucionalizando, a tendência predominante na historiografia brasileira atual é a da história cultural ou uma história política a ela vinculada, absorvendo o pós-modernismo ou, pelo menos, se aproximando de seus pressupostos.¹¹ Isto é pertinente porque algumas propostas pós-modernas partem da compreensão de que estamos em uma sociedade pós-industrial, fruto de uma revolução tecnológica vinculada, por parte de alguns autores, à rejeição ao uso de categorias analíticas amplas como classes sociais, ou mesmo afirmando o fim da centralidade do trabalho. No Brasil, não houve nenhum transformismo de historiadores do trabalho questionando e substituindo o conceito de classe por cultura, mas o campo foi atingido pela abordagem culturalista. Petersen destaca a importância de compreender que a área não é homogênea, mas tem diferentes concepções, inclusive nos programas de história, sobre o que é e como fazer a história social do trabalho.¹² A história produzida anteriormente a partir de um envolvimento militante está distante da produção acadêmica atual. Batalha, em balanço mais recente, joga luz sobre o processo de ampliação de temas, abordagens e enfoques, no qual a análise a partir de identidades (e não de classes sociais) e do que divide a classe (e não do que une) tem conquistado popularidade.¹³

História global do trabalho: uma saída para a crise

No editorial da Revista *International Review of Social History*, escrito por Marcel van der Linden em 1993, é identificada uma fragmentação no campo da história do trabalho. Em resposta a isso, Van der Linden propõe uma

¹¹MATTOS, M. B. “As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea”. In: MELO, D. (org.) *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp.67-98, p.69.

¹²PETERSEN, S. *A presença da história social do trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas*, p.2-3. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=24380>

¹³BATALHA, C. Op. cit. p.89.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

análise que possa integrar a história do trabalho na área mais ampla da história social, mas também aglutinar teoricamente diversas abordagens.¹⁴

Não obstante, Van der Linden enxergou como obstáculos com os quais a história social do trabalho teria que lidar: a negligência com que foram tratados temas geográficos, ambientais e espaciais; o contraste existente entre a história do cotidiano e a história institucional, que precisariam ser entendidas de forma interdependente; não se considerar, na análise do movimento sindical, fatores externos como a história de empresas e patrões; não haver estudos que enxerguem a pluralidade da classe trabalhadora – e temas como gênero e etnia, entre outros, ainda seriam tratados separadamente; ainda se seguiriam determinadas periodizações que seria preciso questionar, avançando para a compreensão de períodos do início do desenvolvimento do mercado capitalista, por exemplo; o fato de os países centrais serem os mais estudados pela história do trabalho, sendo que os países periféricos merecem a mesma consideração.¹⁵

Trata-se de um texto anterior à formulação de sua proposta sobre História Global do Trabalho, com um olhar essencialmente europeu sobre o tema, mas que contém eixos que Van der Linden considera importante desenvolver. De Vito, ao abordar os caminhos que a história global do trabalho seguiu, destacou que foi uma saída para a crise do campo da história social do trabalho, propondo-se a repensá-lo profundamente, com uma dupla expansão de perspectiva: do tema e do recorte espacial.¹⁶

As bases fundacionais do projeto sobre História Global do Trabalho foram elaboradas por Marcel van der Linden e Jan Lucassen em *Prolegomena for a Global Labour History*, de 1999.¹⁷ No entanto, o próprio van der Linden

¹⁴ VAN DER LINDEN, M. "Editorial". *International Review of Social History*, v. 38/supplement S1, abril, 1993.

¹⁵ VAN DER LINDEN, M. *Trabalhadores do mundo*. Ensaaios para uma História Global do Trabalho. Campinas, Edunicamp, 2013.

¹⁶ DE VITO, Christian. "New perspectives on global labour history. Introduction", *Workers of the world*, v. 1, no 3, 2013, p.8-13.

¹⁷ Nos EUA uma história global é vista como conservadora, ligada à ideia de globalização e à história universal do século XIX. Na França também demarcam com o conceito de

identificou essa movimentação como um processo mais amplo de repensar o campo, ao qual se somariam atividades como o History Workshop, organizado em 1977 na África do Sul; a fundação da Associação de Historiadores do Trabalho Indiano, em 1995; a criação do GT Mundos do Trabalho da ANPUH, em 2001 no Brasil, entre outras.¹⁸

Seu ponto de partida foi a caracterização da história do trabalho produzida na Europa do século XIX e na América do Norte por seu “nacionalismo metodológico” e eurocentrismo. Identificou uma mudança desde a Segunda Guerra Mundial, quando países africanos e asiáticos passaram a investigar sua própria história, impulsionados pelo processo de descolonização, o que viria a desenvolver noções como o pan-africanismo, vivências transculturais de imigrantes e especificidades das culturas fronteiriças e ciclos transnacionais de greve.¹⁹

Em *Prolegomena for a global labour history* apresentaram-se traços preliminares de áreas nas quais poderíamos investir: como caminhos coletivos sobre o estudo do movimento operário, suas ações e organizações para além da associação sindical; e a perspectiva comparativa em um modelo coletivo onde acadêmicos de diferentes países desenhariam uma rede de colaboração. Aponta-se um giro da história do trabalho para temas que foram negligenciados pela historiografia do trabalho tradicional, assim como formas organizativas menos estudadas; expande para o estudo do “sul global”; e

globalização, apontando o debate é sobre mundialização e visando a assimetria do processo entre centro e periferia e imperialismo. Autores que discordam do termo “global” por sua relação com globalização lançam mão de terminologias como “transnacionalização” e mantêm como base a metodologia da história comparativa em seus trabalhos, apesar de a transnacionalidade poder ser feita sem a comparação de casos. No entanto, tanto a história global do trabalho quanto as demais terminologias não são tão diferentes assim. Os textos convergem sobre a importância de não ter a fronteira nacional como um limite para a história do trabalho ou a necessidade de romper com a perspectiva eurocêntrica. Ver: COOPER, F. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkeley: University of California Press, 2005.

¹⁸ VAN DER LINDEN, M. “História do trabalho: o velho, o novo e o global”. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n.1, janeiro-junho, 2009, p.4.

¹⁹ VAN DER LINDEN, M. Op. cit. p.8.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

cronologicamente, para formas de trabalho pré-industriais. Van der Linden assim define a história global do trabalho:

Em termos de *status metodológico*, sugeriria que uma “área de interesse” é envolvida, ao invés de uma teoria à qual todos devem aderir. Sabemos e devemos aceitar o fato de que nossas concepções de pesquisa e nossas perspectivas interpretativas diferem. Esse pluralismo não é apenas inevitável, como é também igualmente intelectualmente estimulante – contanto que estejamos preparados para, a qualquer momento, entrar em uma discussão séria sobre nossas visões divergentes. Independentemente de nossos diferentes pontos de partida, no entanto, devemos nos esforçar por trabalhar produtivamente nos mesmos campos de pesquisa.

- No que diz respeito a *temas*, a História Global do Trabalho focaliza o estudo transnacional e mesmo transcontinental das relações de trabalho e nos movimentos sociais de trabalhadores no sentido mais amplo da palavra. Por “transnacional”, quero dizer, situar, no contexto mais amplo de todos os processos históricos, não importa quão ‘pequenos’ em comparação com processos em outras partes, o estudo de processos de interação ou a combinação de ambos.²⁰

Como podemos ver, a história global do trabalho é caracterizada como uma “área de interesse” e não uma teoria, porque tem em vista abarcar diferentes perspectivas interpretativas. No que diz respeito a temas, também focaliza aspectos diferentes das relações de trabalho, como questões familiares ou de gênero. Não é imposto um limite temporal.²¹

Van der Linden identificou, como obstáculos a enfrentar, os problemas práticos, como arquivos em deterioração, mas considerou mais danosas as concepções de um nacionalismo metodológico e do eurocentrismo. Um leque de possibilidades se abriria para encarar de outra forma fenômenos estudados pela tradicional história do trabalho – ter uma metodologia para isso e para considerar uma análise transnacional seria um passo considerável.²²

²⁰ VAN DER LINDEN, M. Op. cit. p.9

²¹ VAN DER LINDEN, M. Op. cit. p.9.

²² VAN DER LINDEN, M. Op. cit. p.10-14.

Outra preocupação presente ao fazer esse debate foi a avaliação de se tratar de um período novo na história do trabalho, que teria uma perspectiva cada vez mais global do ponto de vista do olhar que os historiadores teriam ao trabalhar com seus objetos. Como já foi mencionado, isso traria a necessidade de reconsiderar pressupostos teóricos e metodológicos; vale dizer que esse interesse é decorrente de uma tentativa de aproximar diversos pesquisadores adeptos das mais variadas teorias para análise social. Para isso, foram pensadas etapas como a promoção de uma massiva coleta de dados, qualitativa e quantitativa, sobre a estrutura da força de trabalho mundial. Um desafio que se coloca seria o desenvolvimento de técnicas que tornassem compatível a análise desses dados provenientes de diferentes contextos. Outra etapa seria o estímulo a pesquisas históricas que revelem a interação entre diferentes regiões do mundo, possibilitando também um novo olhar sobre a história de cada uma dessas regiões.²³

De concreto podemos destacar o Colaboratório Global de História para as Relações Laborais, criado pelo Instituto de História Social, com sede em Amsterdam. Segundo Hofmeester e Lucassen, o Colaboratório tem por objetivo “fazer um inventário global de todos os tipos de relações de trabalho, em todas as suas facetas e combinações, em diferentes partes do mundo, para cinco cortes cronológicos: 1500, 1650, 1800, 1900, 2000 – e, para a África, também 1950”.²⁴

A proposta deste projeto seguiu a linha do texto de Van der Linden: uma primeira fase de coleta de dados; uma segunda fase de análise das mudanças nas relações de trabalho, para entender em que condições se daria a transição entre diferentes tipos de trabalho quando o modo de produção está em transformação. Essas duas etapas foram tidas por Hofmeester e

²³ VAN DER LINDEN, M. Op. cit. p.14-17.

²⁴ HOFMEESTER, K. LUCASSEN, J. Introdução: O Colaboratório Global para a História das Relações Laborais. In: *Relações Laborais em Portugal e no mundo lusófono: História e Demografia*. Lisboa, 2014, Edições Colibri, pp.9-22, p.9

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Lucassen como pré-requisito para reconstruir a história do trabalho em uma escala global, de forma a superar o eurocentrismo.²⁵ No entanto, esses pesquisadores passam a impressão de que não identificam a existência de uma produção de história do trabalho “internacionalista” anterior às movimentações que caracterizam como uma tendência à história global no período recente.

Outras iniciativas do “Colaboratório” foram as reuniões de pesquisadores de países diversos em plenárias regionais para discutir o andamento do projeto, discutir as fontes, as hipóteses e os próximos passos. Coletaram materiais da Europa, Ásia, África e América do Sul, que foram compartilhados em um site, junto com a discussão metodológica.

Para criar um conjunto de dados sobre as relações de trabalho no mundo, foi elaborada uma “taxonomia” das relações de trabalho abarcando categorias como: indivíduos que não trabalham; indivíduos que trabalham e como? – Trabalho recíproco, trabalho como pagamento de tributo, trabalho para o mercado, entre outros.²⁶

Trata-se de um esforço de imensas proporções, mas restrito ao trabalho apenas em seu caráter econômico. Este ponto é essencial por possibilitar o estabelecimento de paralelos – e enquadrar como trabalho atividades diversas desenvolvidas ao longo da história, e em diferentes lugares. Para tal, alguns pesquisadores vinculados ao projeto de História Global do Trabalho tentaram reformular e ampliar o conceito de classe.

Algumas considerações sobre o conceito de classe social em Marx e Engels são necessárias antes de entrarmos nas suas reformulações. A tradição crítica do materialismo histórico desenvolveu uma perspectiva de análise e intervenção na realidade a partir da compreensão da luta entre classes sociais. O termo classe é anterior a Marx e Engels, mas se torna, com esses autores, uma categoria central de análise social, que dá conta das desigualdades oriundas da sociedade capitalista e capta um momento em que

²⁵ HOFMEESTER, K. LUCASSEN, J. Op. cit. p.9.

²⁶ HOFMEESTER, K. LUCASSEN, J. Op. cit.. p.13

Reflexões sobre os caminhos da história social do trabalho e o conceito de classe trabalhadora

| Lillian de Souza Lima Matias

os trabalhadores conscientemente se representam a partir de interesses comuns e em oposição aos interesses de outras classes. Foi a partir da inserção no movimento dos trabalhadores que Marx começou a formular o materialismo histórico e sua crítica à economia política clássica, ao socialismo utópico e à dialética de Hegel. No entanto, não há nos seus trabalhos uma terminologia clara para este conceito, aparecendo como sinônimos os termos “classe trabalhadora” e “proletariado”.²⁷

Não é possível pensar o conceito de classe trabalhadora separado do desenvolvimento do capitalismo. O processo de proletarização é central para a acumulação produtiva do capital quando, historicamente, se dá a separação do produtor dos meios de produção. Proletariado ou classe trabalhadora é quem tem que vender sua força de trabalho como mercadoria em troca de um salário para sobreviver. De acordo com Mattos, nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, a classe é definida pela ausência: a classe trabalhadora não dispõe de capital, de renda e nem de terra.²⁸

Mas a classe não pode ser compreendida apenas em sua dimensão econômica, ela tem uma dimensão política. O movimento de produção no capitalismo também influi nas relações de produção e reprodução da vida, seus espaços de sociabilidade e seus interesses. No entanto, reside em si o potencial da classe explorada ter consciência de sua exploração. A dimensão política da classe se define a partir da consciência de classe, que se forma na luta entre classes sociais. Essa noção aparece nos manuscritos de *A Ideologia Alemã*, ao trabalhar a análise da transformação das sociedades modernas pela burguesia em conflito com a nobreza feudal:

[...] os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta comum contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra

²⁷ MATTOS, M. Sobre classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. *Revista em Pauta*: Rio de Janeiro, n° 20, pp. 33-55, 2007, p.34-5.

²⁸ MATTOS, M. B. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico”. *Revista Outubro*, n.21, 2° semestre de 2013, p.81-117, p.90. Disponível em: < <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-21-Artigo-03.pdf> >

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho.²⁹

Marx identifica diferentes níveis de consciência ao trabalhar com categorias como “classe em si” e “classe para si”, o salto no qual, além de identificar condições econômicas e interesses comuns contra o capital, a classe trabalhadora empreende uma luta política contra outra classe. Sem utilizar essas expressões, essas diferenças também aparecem em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Ao estudar o papel do campesinato, Marx afirma que os camponeses formavam uma classe pelas suas condições de existência comuns, ao mesmo tempo em que não eram uma classe politicamente organizada e articulada nacionalmente. A partir da análise da dimensão política da classe, é possível estudar as formas de organização dos trabalhadores e o desenvolvimento de uma perspectiva revolucionária.

Como foi apontado, a História Global do Trabalho propõe-se a pensar um novo conceito de classe e um aparato teórico-conceitual que abarque suas diversas expressões. Linden, como importante formulador desta proposta, debruçou-se sobre esta tarefa, tendo em mente também a preocupação de encontrar o ponto comum entre diferentes formas de trabalho. Para ele, Marx teria afirmado que a força de trabalho só poderia se transformar em mercadoria de forma “verdadeiramente capitalista” ao se tornar assalariado livre, tendo com isso deixado subentendido que a relação de trabalho central é a assalariada. Seria a partir deste referencial que se estabeleceriam as análises das demais formas de relações de trabalho, assim como de outras classes sociais. Conclui que Marx veria a escravidão como uma forma

²⁹ MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. APUD MATTOS, M. E. *P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012, p. 61.

Reflexões sobre os caminhos da história social do trabalho e o conceito de classe trabalhadora

|Lilian de Souza Lima Matias

atrasada que tenderia a acabar com o surgimento do capitalismo e que a distinção entre trabalho livre e escravo dependeria da força de trabalho ter sido vendida por período definido ou permanente. A partir disso, avança para uma compreensão que difere de Marx, de que existiria um portador e um possuidor da força de trabalho, para explicar casos em que o trabalhador é forçado por outro a trabalhar, como trabalho infantil, ou casos nos quais escravos são “alugados” por seus senhores. Linden não trabalha apenas com a noção de venda da força de trabalho, mas de aluguel. Para ele, o trabalho assalariado seria baseado em um contrato de aluguel, enquanto a escravidão constituiria de fato a venda. O conceito de classe para Linden parte dessas premissas:

Indiscutivelmente, temos necessidade de uma nova conceituação do proletariado que seja baseada mais na inclusão do que na exclusão. Este trabalho conceitual pode ser obtido por dois caminhos. Uma opção é excluir a ideia de “anomalias” e considerar todas as formas orientadas para o mercado do trabalho (incluindo o trabalho não-livre) como variações do capital trabalho. Esta é a posição defendida por Jairus Banaji e Rakesh Bhandari. Isto implica compreender que as diferenças entre escravos, meeiros e assalariados são apenas de natureza de grau, uma vez que todos esses trabalham para o capital por imposições de tipo econômico e não econômico (...) Outra opção é ampliar o conceito de proletariado para incluir todas as formas de trabalho mercantilizado. Desta perspectiva, o proletariado seria constituído por todos os portadores de força de trabalho que a vendem ou alugam aos empregadores (incluindo indivíduos, corporações e instituições) em razão de imposições econômicas ou não econômicas, independentemente se são esses portadores mesmos que vendem ou alugam sua própria força de trabalho; e independentemente se este portador possui seus meios de produção. Obviamente, todos os aspectos desta provisória definição requerem maior reflexão. No entanto, esta demarcação conceitual indica uma base comum a todos os trabalhadores subalternos: a coerção à mercantilização de sua força de trabalho.³⁰

³⁰ VAN DER LINDEN, M. Proletariado: conceito e polêmicos. *Revista Outubro*, n° 21, 2° semestre de 2013, p.55-79, p.73-74. Disponível em: < <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-21-Artigo-02.pdf> >

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Linden percebe que, em diversas partes do globo, as fronteiras entre diferentes tipos de trabalho se apresentam de forma fluida. Um elemento que poderia ser comum a essas formas é a relação de subordinação e exploração do trabalho. A classe seria caracterizada pela mercadorização compulsória da força de trabalho, por isso opta pelo termo “classes subalternas”. O conceito de trabalhadores subalternos por ele utilizado vem para questionar o trabalho assalariado como dominante no terceiro mundo e mesmo na Europa. O emprego deste conceito remete à produção indiana e seus estudos sobre trabalhadores camponeses.³¹

Também se coloca a questão de quais seriam as diferenças internas entre essas classes subalternas. Para respondê-la, Linden retoma dimensões clássicas do processo de produção, acrescentando outros elementos: é preciso compreender a relação entre o trabalhador subalterno e a força de trabalho, os meios de produção, o processo de trabalho, com a sua família, com seu empregador fora do processo produtivo imediato e com outros trabalhadores subalternos na relação de trabalho. Com essas diferentes e complexas dimensões, seria possível pensar variações na posição de classe.

32

É perceptível que, para o autor, o aspecto que importa é o de subsunção do trabalho ao capital, fator que seria comum aos diferentes tipos de relações de trabalho. Tanto sua tipologia, quanto projetos desenvolvidos – como o Colaboratório – se restringem ao aspecto econômico, sem se preocupar com a luta de classes e o processo de consciência.

Mas o trabalho de Linden tem pontos positivos a se destacar. O primeiro é uma ressalva de que se trata de formulações iniciais, cuja maior contribuição é atentar para a necessidade de repensar o trabalho, principalmente em etapas de transição e fluidez, mais do que dar respostas imediatas e efetivas sobre tais estudos. O segundo é o resgate da crítica feminista à forma como o trabalho doméstico tem sido até então encarado,

³¹ VAN DER LINDEN, M. Op. cit.. p. 73-4.

³² VAN DER LINDEN, M. Op. cit. p.73-4.

ressaltando o seu aspecto enquanto trabalho não pago, e pensar qual é o papel que desempenha entre os membros da família, ou enquanto relação de trabalho.

Não se tem o objetivo de afirmar que o conceito de classe social é estático, que não pode ser repensado de acordo com a realidade hodierna ou com as mudanças no capitalismo, desde a sua formulação por Marx. O materialismo histórico dialético, no dizer de Engels, é um “guia para o estudo”, não um conceito ao qual possamos enquadrar a realidade de forma mecânica. O movimento histórico e a luta de classes são dois fatores essenciais ao dinamismo da teoria. Não é um problema pensar em um conceito de classe social ampliado que dê conta da diversidade da classe, mas não é possível desconsiderar a complexidade da sua dimensão política. Nesse sentido, é interessante voltar o olhar para outros pensadores que se debruçaram sobre o tema.

Mattos analisa o conceito de classe trabalhadora sob a luz do materialismo histórico e dialético, tanto para entender a natureza da classe trabalhadora hoje, empregada pelo capital em sua reprodução ampliada, quanto para pensar o processo de formação da classe no Brasil. Para compreender esses momentos, aposta na ampliação do conceito de classe tendo por base o processo de mercadorização da força de trabalho, mas sem deixar de considerar as dimensões do plano de consciência coletiva entre diferentes grupos de trabalhadores. Em sua avaliação, um ponto de partida poderia ser o próprio conceito de trabalhadores subalternos de Linden. O termo “subalternos”, utilizado pela historiografia indiana, tem sua origem em Gramsci, apesar de ser usado para se referir a toda população que é subordinada, seja por classe, casta ou gênero. Enquanto que, para Gramsci, “classes subalternas” é um conceito que teria sido utilizado tanto para estudar a frente única entre operários e camponeses; para discutir as mudanças na consciência de classe em associação ao conceito de “massas populares”, quanto para entender as formas de organização dos movimentos conduzidos

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

por essas classes, podendo ser “espontâneos” ou “organizados”. O leque que se abre a partir de Gramsci é o que possibilitaria estudar essas classes subalternas em sua formação e seu desenvolvimento (no caso do Brasil, avançando em estudos sobre trabalhadores escravizados e livres, por exemplo), mas também levando em conta sua consciência e formas organizativas e como isso se relaciona com seu lugar na produção, na subsunção do trabalho ao capital.³³

Já Palmer compreende que o ponto central que interliga as diferentes experiências e relações de trabalho, desde o surgimento do capitalismo, é a expropriação – que, apesar das diferentes experiências, permitiria uma atuação comum entre os trabalhadores. Para o autor, ser da classe trabalhadora ao longo da história tem sido sinônimo de ser precarizado. O fenômeno da acumulação primitiva reforça isso, a precarização está na base do surgimento e da manutenção do capitalismo. Este debate surge de uma preocupação com a crise que se abateu sobre o movimento sindical nos Estados Unidos e a crescente precarização das relações de trabalho. Mas também é uma resposta às formulações que entendem o setor precarizado da classe trabalhadora como uma nova classe, das quais discorda frontalmente.³⁴

Nesse sentido, Palmer se aproxima também da contribuição de Antunes, que se contrapõe às teses do fim do trabalho e da centralidade do trabalho, tentando refletir sobre a diversidade de formas que o trabalho assalariado assume no movimento de reestruturação do capital. Para Antunes, o aspecto que se sobressai na ampliação do conceito é o seu caráter assalariado. Por isso, propõe o conceito de “classe-que-vive-do-trabalho”, que compreende tanto trabalhadores estáveis, do setor de serviços, quanto terceirizados, trabalhadores temporários, trabalhadores rurais, ou seja, todos aqueles que vendem sua força de trabalho para se manter.³⁵

³³ MATTOS, M. B. Op. cit. p.90.

³⁴ PALMER, Bryan, “Reconsiderations of class: Precariousness as proletarianization”. *Socialist Register* 2014, n. 50, Toronto, 2013, p.46-57.

³⁵ ANTUNES, R. Op. cit. p.70.

Considerações finais

Longe de apontar resoluções, os debates destacados têm o intuito de mostrar a complexidade do tema, aqui abordado de forma sucinta. A história social do trabalho ao longo de seu processo de institucionalização e enraizamento acadêmico se afastou da sua origem militante, o que reflete as mudanças sofridas ao longo do seu estabelecimento e desenvolvimento no que tange a bases teóricas. No entanto, por mais distante que esteja de uma história produzida não só para pensar a realidade social, mas também para transformá-la, a dinâmica do campo de estudos está diretamente vinculada com a conjuntura, com a organização do capital e como isso afeta os trabalhadores.

Do contexto de crise do capitalismo e reestruturação produtiva germinaram não só análises questionando a centralidade do mundo do trabalho, mas abordagens que achavam fundamental reorganizar o campo da história do trabalho, superando sua fragmentação. A História Global do Trabalho é, por vezes, apresentada de forma auto-proclamatória como uma nova fase no campo de estudos. No entanto, é inegável que, apesar de não conter em si tanta novidade – anteriormente já existiam estudos que utilizavam a história comparativa ou tinham um olhar para processos transnacionais – chama a atenção para a urgência de repensar as relações de trabalho sob um novo prisma. Sendo assim, o grande mérito da História Global do Trabalho é instigar pesquisadores do mundo a promover projetos coletivos, a rever conceitos e à produção de novas formulações na área.

Recebido em 24.06.2016
Aprovado em 29.06.2016